

O Congresso e o voto

21 AGO 1990

Haroldo Hollanda

JORNAL DE BRASÍLIA

As principais lideranças partidárias estão desde a noite de ontem desembarcando em Brasília para a batalha que deverá ser travada em torno do voto à lei salarial a ser apreciada pelo Congresso até amanhã, no mais tardar. O Palácio do Planalto encontra-se empenhado em manter o voto, razão pela qual acabou concordando com a concessão do abono aos aposentados e pensionistas, com o que visa amortecer resistências aos seus propósitos políticos. Ontem à noite, estava previsto um jantar em Brasília da equipe econômica da ministra Zélia Cardoso de Mello com todo o comando político do Governo no Congresso. O objetivo era o de se estudar a estratégia a ser seguida, no âmbito parlamentar. O senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, resolveu transferir ao plenário do Congresso a responsabilidade da decisão sobre a inversão da pauta de votação pretendida pelas oposições. Se dependesse do Planalto, não haveria tal inversão, o que protelaria para o ano que vem a apreciação da polêmica matéria. Há quem, dentro do Governo, sustente o ponto de vista de que há condições de se assegurar no plenário a manutenção do voto. Mas há

outra corrente sustentando o ponto de vista de que o risco seria grande demais, em virtude de nos encontrarmos em um ano eleitoral.

Uma das mais destacadas lideranças do PSDB considera improvável a derrubada do voto presidencial.

Social democracia

O senador paraibano Humberto Lucena, do PMDB, ex-presidente do Senado, informa que, ultrapassado o período eleitoral, irá se engajar numa campanha em favor da criação de um novo partido social democrata, que englobaria numa só legenda o PSDB, o PDT e as parcelas mais progressistas do seu partido. De acordo com sua opinião, faz-se preciso dar o mínimo de coerência ideológica ao quadro partidário brasileiro. Segundo sua visão pessoal, o universo político nacional pode ser contido e distribuído em torno de um partido liberal de centro-direita; um outro social democrata; um partido obreiro, que seria o PT, e, por fim, os partidos comunistas.

O parlamentar paraibano cogita de apresentar projeto de lei de fiscalidade partidária. O parlamentar que desobedecer à linha do seu partido poderá ser suspenso ou até

ter cassado seu mandato, embora com direito de recurso à Justiça. Uma das intenções que anima Lucena é a de impedir que parlamentares de um partido venham a apoiar candidato de outra legenda, numa atitude de franco desrespeito às decisões partidárias, quando se sentirem preteridos ou descontentes.

Itamar e a sucessão

A exemplo do presidente Collor de Mello, o vice-presidente Itamar Franco diz que nas eleições deste ano não pretende subir em palanque de nenhum candidato. No entanto, está disposto a abrir uma exceção, ao dar apenas uma declaração pública de apoio à candidatura, a governador de Minas, do deputado Hélio Costa, do PRN, que com ele foi solidário na campanha mineira de 86.

Resistência a Ulysses

Há vários grupos no PMDB que se opõem ao projeto alimentado pelo deputado Ulysses Guimarães de se eleger, em 91, presidente da Câmara. Os que pensam assim acham que Ulysses corre o risco de ser derrotado. Consideram que o melhor candidato que o partido dispõe para o cargo é o deputado Ibsen Pinheiro.